



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 011/2009

DATA DA REALIZAÇÃO: **07/08/2009.**

HORÁRIO: **9:30 horas.**

LOCAL: Av. André Araújo, s/nº – Aleixo.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, através da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, nomeada através das Portaria n.º 70, 734/2008 e 842/2009, vem por meio desta tornar público, para conhecimento de todos os interessados, que se encontra instaurada a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE HARDWARE E SOFTWARE (MEMÓRIA, LICENÇA DE SOFTWARE BÁSICO E DISPOSITIVOS CRIPTOGRÁFICOS TIPO “TOKEN”) PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Federal 3.555 de 8 de agosto de 2000, pela Lei Complementar nº 123/2006 e, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto o fornecimento de **AQUISIÇÃO DE ITENS DE HARDWARE E SOFTWARE (MEMÓRIA, LICENÇA DE SOFTWARE BÁSICO E DISPOSITIVOS CRIPTOGRÁFICOS TIPO “TOKEN”) PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS**, conforme especificações constantes na planilha orçamentária que integra este Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

III - DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura,

b) Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e

Av. André Araújo, s/n – Aleixo Manaus-AM • Fone/Fax: (92) 2129 6788/6789

e-mail: cpl@tjam.jus.br • Página 1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4 - A ausência do Credenciado em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5 - Às microempresas e às empresas de pequeno porte, que comprovem tal condição diante do pregoeiro, é assegurado o tratamento diferenciado da Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006.

6 - Aberta a sessão, será apresentada por seus representantes, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, inclusive os comprobatórios da condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, para os fins do Capítulo V, art. 42 a 45, da Lei Complementar nº. 123/2006, se for o caso.

7 - O documento que credencia o representante deverá ser entregue **separadamente** dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", quando solicitados pelo pregoeiro.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2

2 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta
Pregão nº (número/ano).
(nome do licitante)
Envelope nº 2 – Habilitação
Pregão nº (número/ano)
(nome do licitante)

3 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se cópia da procuração.

4 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;
- b) número do Pregão;
- c) descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.
- e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

2 - A proposta de preço poderá estar acompanhada de planilha conforme modelo constante do Anexo III, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços grafados em moeda corrente nacional, assinada pelo representante legal da licitante.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem.
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) A microempresa ou EPP que pretenda tratamento diferenciado, da Lei Complementar nº. 123/2006, comprovará essa condição, com apresentação de Ato Constitutivo ou documento equivalente, registrado no denominado Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas.

Obs.: Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "f" deste subitem não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1.2 - REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional.

e) As microempresas e EPP apresentarão toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

e.1) Havendo restrição da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, desde logo prorrogado em iguais números de dias, do momento em que o proponente for declarado vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

e.2) A não-regularização dos documentos, no prazo legal mencionado no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21/06/93, facultado à CPL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou à autoridade superior, para a contratação, ou revogar a licitação.

1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidões negativas de falência ou concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor a não mais que 30 (trinta) dias anteriores à data de recebimento de documentos e propostas comerciais (Se o licitante tiver como sede a Comarca de Manaus, a referida Certidão é expedido pelo Cartório Distribuidor - SAJ).

b) Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente autenticados através de selo do contador competente (Declaração de Habilitação Profissional – DHP), conforme disposto na Resolução CFC nº 871 de 23/03/00, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, tratando-se de sociedades por ações.

1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestados de bom desempenho em serviços da mesma natureza e porte, fornecidos por contratantes dos serviços, contendo, necessariamente, a especificação dos serviços executados e o prazo de execução.

b) Constante no Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1. - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06.03.98;

b) declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1.999.

c) declaração do licitante de pleno conhecimento da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça:

Art.3 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 - No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de uma hora.

2 - Após o credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital,
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

3 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 50,00 (cinquenta reais) aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

9 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1 O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI).

10.2 - O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

11 - Com base na LC nº. 123/2006, será considerado EMPATE quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

12 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

12. 1- A microempresa ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à vencedora do certame, tendo adjudicado em seu favor o objeto licitado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

12.2 – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou EPP, na forma do item 11, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem no item 12.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta cláusula deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.4 - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.5 - A microempresa ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13 - O pregoeiro declarará o licitante vencedor do ITEM.

13.1 - Às licitantes microempresas ou EPP com restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, desde logo prorrogado em iguais números de dias, a partir de declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.2 – Não se enquadra no disposto no item 13.1 a não-inclusão, no respectivo envelope, de algum dos comprovantes de regularidade fiscal.

14 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

15 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

15.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a sessão será remarcada imediatamente, quando possível, para o primeiro dia útil.

16 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

17 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - A adjudicação será no valor global POR ITEM.

IX - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1- **O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias úteis**, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto da licitação, em conformidade com o estabelecido no Anexo I deste edital.

X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1 – O objeto da presente licitação deverá ser entregue **em até 30 (trinta) dias úteis**, contados da data de emissão da nota de empenho pela Administração.

2 – A FISCALIZAÇÃO dos serviços será exercida por técnicos do quadro do Tribunal de Justiça, especialmente designados para tal, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as condições do Edital, proposta e especificações técnicas, bem como abertura de todos os itens da planilha orçamentária nas suas quantidades totais;

3 – Ficam reservadas a FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto no Edital, nas Especificações, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que de qualquer forma se relacione, direta ou indiretamente, com o serviço em questão e seus complementos.

XI - DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE DE PREÇOS

1 - O Pagamento será efetuado após o término dos serviços, conforme atestado emitido pela Divisão de Administração deste Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2 - As despesas com execução do presente contrato correrão a conta do **TJ – Fundo do Tribunal de Justiça– 04101**.

XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2 - A falta de regularização da documentação, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da convocação do Tribunal, prorrogáveis por igual período, a requerimento da parte interessada e a critério da Administração Pública, sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

3 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, respectivamente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa administrativa gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do objeto, por dia útil excedente.

6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

XIII - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 – Conforme Termo de Referência (Anexo I).

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 - O resultado do presente certame será divulgado no D.J.E. e no endereço eletrônico www.tjam.jus.br

3 - A publicidade dos demais atos pertinentes a licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitação, após a celebração do contrato.

5 - Até 2 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

5.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 1 (um) dia útil.

5.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

7 - Integram o presente Edital:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA (PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)

Anexo II – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Anexo III – CARTA PROPOSTA

Anexo IV - REGULARIDADE MINISTÉRIO DO TRABALHO

Anexo V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Anexo VI - DECLARAÇÃO (RESOLUÇÃO Nº07 DE 08/10/2005 DO CNJ)

Manaus, 21 de julho de 2009.

Nélia Freitas Nogueira Vieira
Pregoeira



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO I

Termo de Referência

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de itens de hardware e software (memória, licença de Software Básico e dispositivos criptográficos tipo “token”) para o Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme descrito na tabela 1.

Quanto à aquisição dos certificados digitais, este termo de referência tem por objeto a contratação de empresa credenciada na Infra-Estrutura de chaves públicas Brasileira – ICP-Brasil, para fornecimento de Certificados Digitais em mídias do tipo “token”.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)
1	Memória RAM, 4 GB, DIMM, PC5300 DDR2 FBD 667 Mhz, compatível com servidor IBM Blade Center. Part number: HS21 8853-C1B	8	R\$ 2.575,00	R\$ 20.600,00
2	Licença Windows Server 2008, Enterprise SP1, 64 Bits, versão em Português.	1	R\$ 9.011,80	R\$ 9.011,80
3	Dispositivo criptográfico tipo “token”, para armazenamento de certificado digital ICP-Brasil, tipo A3.	200	R\$ 317,10	R\$ 63.420,00
			VALOR TOTAL	R\$ 93.031,80

Tabela 1: Descrição dos itens objeto deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Item 1 (Memória)

A aquisição de memória RAM justifica-se pela necessidade de execução em alta performance do Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) dos sistemas de automação do Judiciário.

2.2. Item 2 (Licença para Software Básico)

A aquisição de Licença para Software Básico, no caso o Sistema Operacional para Servidor Windows Server 2008, justifica-se pela necessidade de instalação de um servidor de Banco de Dados em hardware de arquitetura 64 bits.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2.3. Item 3 (Certificado Digital)

A aquisição dos certificados digitais é necessária para a viabilização dos serviços nas virtualizações dos sistemas informatizados do judiciário, garantido, dessa forma, um procedimento mais seguro nas atividades jurisdicionais dos magistrados, conforme ofício 127/2009 da Divisão de Tecnologia da Informação, de 15 de maio de 2009.

4. PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

O prazo de entrega dos itens 1, 2, e 3 será de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pelo CONTRATADO, da nota de empenho.

O prazo de validade dos certificados digitais (item 3) será de 3 (três) anos.

O prazo de garantia do fabricante da Memória RAM (item 1) não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, com assistência técnica local.

Caso os prazos supra mencionados não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

5. LOCAL DE ENTREGA

Os materiais (itens 1, 2, e 3) deverão ser entregues à Divisão de Tecnologia da Informação com a supervisão do Diretor de TI, Ronie Navegante da Silva, no Ed. Arnaldo Péres, situado na av. André Araújo, s/nº - Aleixo, Manaus-Am, de segunda à sexta-feira, no horário de 08 às 14h.

3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Nesta seção são especificados os requisitos técnicos dos itens objeto deste termo de referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	Memória RAM. Capacidade: 4 GB, DIMM, PC5300 DDR2 FBD 667 Mhz, compatível com com servidor IBM Blade Center. Part number: HS21 8853-C1B	8
2	Licença de Software Básico. Sistema Operacional: Windows Server 2008, Enterprise SP1, plataforma 64 Bits. Idioma: Português.	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
3	<p>Aquisição de Certificados A3 ICP-Brasil em dispositivos criptográficos do tipo “token”, válidos por 3 (três) anos</p> <ol style="list-style-type: none">1. Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil3. Certificado ICP-Brasil tipo A3, Pessoa Física4. Certificados Digitais por meio de uma autoridade certificadora ICP-Brasil5. O prazo de validade deste certificado é de 3 (três) anos.6. Possuir numeração única para cada dispositivo7. Fornecer cordão para portar o Token8. Possuir indicador luminoso de estado do dispositivo.9. Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 32 Kbytes.10. Utilizar o algoritmo simétrico 3-DES ou AES com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas.11. Utilizar o algoritmo simétrico 3-DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3)12. Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de 1024 bits.13. Possuir chassis resistentes à violação14. Possuir driver disponível para os Sistemas Operacionais Windows 2000, XP, Vista e Linux (Kernel 2.4, 2.6 e versões superiores).15. Possuir CSP para Windows (2000, XP, Vista e versões superiores), que deverá estar em conformidade com o padrão CryptoAPI da Microsoft.16. Possuir rotinas de criptografia que, por característica do dispositivo, manipulem as chaves privadas em memória e devem:<ul style="list-style-type: none">- usar a área de memória do tipo “non-swappable”- sobrescrever com valores fixos imediatamente após o término das funções que utilizaram estas chaves.- rodar em modo kernel, como parte do núcleo do sistema operacional17. Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o Certificate Store do ambiente Microsoft Windows 2000 e versões superiores.18. Permitir criar senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 6 (seis) caracteres.19. Permitir a criação de senhas com caracteres alfanuméricos.20. Permitir a geração de chaves, protegidas por PIN (Número de Identificação Pessoal), compostos por caracteres alfanuméricos.21. Permitir a inicialização e reinicialização mediante a utilização de um PUK.22. Ter compatibilidade com Sistemas Operacionais Windows (2000, XP, Vista) e Linux (Kernel 2.4, 2.6 e superiores).23. Suportar os seguintes navegadores: Microsoft Internet Explorer e Mozilla Firefox.24. Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo.25. Avisar o titular do dispositivo cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida.26. Bloquear a exportação da chave privada, se for gerada dentro do dispositivo, condicionando as transações que forem utilizadas dentro deste.	200



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II

Declaração de Atendimento

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Manaus, de..... de

Ao
Setor de Licitação do TJAM
Ref.: PREGÃO No. número/ano

Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência, e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, de 08/06/94, Lei Estadual nº 6.544, de 22/11/89, e legislação pertinente, bem como preencher plenamente, os requisitos de habilitação.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CARIMBO DA EMPRESA
(Assinatura do Representante Legal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO III

Modelo de Carta Proposta

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº (número)/(ano) – CL

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta-orçamento para fornecimento de **AQUISIÇÃO DE ITENS DE HARDWARE E SOFTWARE (MEMÓRIA, LICENÇA DE SOFTWARE BÁSICO E DISPOSITIVOS CRIPTOGRÁFICOS TIPO “TOKEN”)**, para **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS**, conforme discriminado neste Edital.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE: FAX:
CEP:
CIDADE/ESTADO:

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação bem como a Minuta de Contrato que o integra.
- 2.2 As relações empregador/empregado, concernentes ao controle de frequência, disciplina, folha de pagamento e demais obrigações de Lei serão sempre de inteira e exclusiva responsabilidade desta empresa.
- 2.3 Quaisquer reclamações oriundas da prestação dos serviços deverão ser formalizadas por escrito e dirigidas ao nosso escritório, sito na rua, na cidade de

3. PREÇO DO SERVIÇO

- 3.1 Ver Planilha Anexa.
- 3.2 O preço proposto contempla todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) incidentes sobre o serviço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4 PRAZO DE ENTREGA:

Declaramos que o nosso prazo para a entrega dos serviços é de **30 (trinta)** dias úteis a contar da data da nota de empenho;

5 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Declaramos que a proposta tem o prazo de validade de **60(sessenta) dias**, contados a partir de sua apresentação;

6 DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE:

Declaramos que disponibilizaremos todos os meios e recursos, inclusive humanos, necessários para implementar os serviços objeto da licitação.

Reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração, firmamo-nos.

Atenciosamente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DO CONCORRENTE)

Observações: Emitir em papel que identifique à licitante. A proposta deve estar acompanhada da Planilha de Quantitativos e Preços Unitários.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

Declaração de Atendimento
Ministério do Trabalho

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE JUNTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° (número)/(ano) – CL

Eu, (Nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessado em participar no processo licitatório em referência, declaro, sob as penas da Lei, que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica) encontram-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, o que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Manaus, de de

CARIMBO DA EMPRESA
(Assinatura do Representante Legal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO V

Declaração de Inexistência
Fato Impeditivo

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Manaus, de..... de

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° (número)/(ano) – CL

Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência, e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, de 08/06/94, e legislação pertinente.

Declaramos ainda, sob as penalidades legais cabíveis, a superveniência do(s) fato(s) a seguir, o(s) qual(is) poderá(ão) constituir-se em fato(s) impeditivo(s) da nossa habilitação no Pregão Presencial nº **011/2009**:

etc.

Atenciosamente,

CARIMBO DA EMPRESA
(Assinatura do Representante Legal)

Observações: Emitir em papel que identifique à licitante. Essa declaração será exigida somente em caso positivo, ou seja, somente se a licitante tiver a declarar algum fato impeditivo da sua habilitação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

Declaração

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 07 DE 18/10/2005 DO CNJ.
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Manaus, de..... de

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº (número)/(ano) – CL

Declaramos pleno conhecimento da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça:

Art.3 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CARIMBO DA EMPRESA
(Assinatura do Representante Legal)